

PRODIN



ESTUDO SOBRE OS ARRANJOS CULTURAIS E SOCIAIS NO ENTORNO DOS CAMPI DO IFRR

*Subsídios Técnico-Científicos para a Elaboração do
Plano de Oferta de Cursos e Vagas*



**INSTITUTO
FEDERAL**
Roraima

2026

PRO**DIN**



**ESTUDO SOBRE OS ARRANJOS CULTURAIS E SOCIAIS
NO ENTORNO DOS CAMPI DO IFRR**

*Subsídios Técnico-Científicos para a Elaboração do
Plano de Oferta de Cursos e Vagas*



**INSTITUTO
FEDERAL**
Roraima

2026

© 2026. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui
violação dos direitos autorais - (Lei nº 9.610).



GOVERNO FEDERAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Sobreira de Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Bregagnoli

REITORIA

Reitora

Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitora de Ensino

Aline Cavalcante Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Romildo Nicolau Alves

Pró-Reitora de Extensão

Roseli Bernardo Silva dos Santos

Pró-Reitor de Administração

Emanuel Alves de Moura

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Adnelson Jati Batista

Diretor de Gestão de Pessoas

Giovani Calerri dos Santos Pena Junior

Diretor de Tecnologia da Informação

Diogo Rocha Ferreira Maia

Diretora de Políticas de Educação a Distância

Solange Almeida Santos

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Adnelson Jati Batista

Prodin

Ricardo Andre Dantas Neves

Prodin

REVISÃO TÉCNICA

Pedrina de Sousa Portal Figueiredo

Prodin/Coplan

REVISÃO DE TEXTOS

Soraya Magalhães Gomes

Prodin/Facilita

PROJETO GRÁFICO

Adnelson Jati Batista

Prodin

DIAGRAMAÇÃO

Pedrina de Sousa Portal Figueiredo

Prodin/Coplan

DIRETORES(AS) GERAIS DOS CAMPI

Diretor-Geral do Campus Amajari

Rodrigo Luiz Neves Barros

Diretor-Geral do Campus Bonfim

Tomás Armando del Pozo Hernandez

Diretora-Geral do Campus Boa Vista

Luciana Leandro Silva

Diretor-Geral do Campus Boa Vista Zona Oeste

Isaac Sutil da Silva

Diretora-Geral do Campus Novo Paraíso

Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

Rua Fernão Dias Paes Leme, n.º 11, Bairro Calungá, Boa Vista (RR)

CEP 69303-220

Fone (95) 98420-9225

E-mail gabinete.reitoria@ifrr.edu.br

Sumário

| | |
|--|----|
| 1 Apresentação | 4 |
| 2 Resumo executivo | 5 |
| 3 Procedimentos metodológicos e recorte territorial..... | 7 |
| 4 Referencial teórico-conceitual: arranjos culturais e arranjos sociais..... | 8 |
| 4.1 Território, cultura e desenvolvimento institucional..... | 8 |
| 4.2 Conceito de arranjos culturais | 9 |
| 4.3 Conceito de arranjos sociais..... | 11 |
| 4.4 Critérios de maturidade e organização territorial dos arranjos..... | 13 |
| 5 Marco legal e político-institucional | 14 |
| 6 Panorama dos eventos, expressões culturais e redes sociais de Roraima... | 15 |
| 6.1 Eventos e expressões culturais de maior visibilidade pública | 15 |
| 6.2 Povos originários, migração, patrimônio e cultura viva | 18 |
| 6.3 Síntese do mapeamento estadual..... | 20 |
| 7 Análise territorial estratificada por campus | 21 |
| 7.1 <i>Campus</i> Boa Vista..... | 21 |
| 7.2 <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste | 22 |
| 7.3 <i>Campus</i> Amajari | 23 |
| 7.4 <i>Campus</i> Bonfim | 24 |
| 7.5 <i>Campus</i> Novo Paraíso | 25 |
| 7.6 <i>Campus</i> Rorainópolis..... | 26 |
| 8 Síntese comparativa para subsidiar o POCV | 28 |
| 9 Diretrizes para tomada de decisão institucional | 29 |
| 10 Considerações finais..... | 30 |
| Referências..... | 3 |

1 Apresentação

Este estudo foi elaborado para subsidiar a tomada de decisão institucional relativa ao Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), tendo como eixo analítico a relação entre território, cultura, organização social, função multicampi, vocações acadêmicas e direitos culturais. Seu propósito é ampliar a leitura já realizada sobre os arranjos produtivos locais, incorporando de modo sistemático os arranjos culturais e sociais que estruturam a vida coletiva nos diferentes territórios de abrangência dos campi do IFRR.

A Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, ao instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criar os Institutos Federais, estabelece entre suas finalidades a orientação da oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação de cada instituição (BRASIL, 2008). A referência legal, portanto, não autoriza uma interpretação apenas econômica do planejamento da oferta, ao contrário, exige que a educação profissional e tecnológica dialogue com as formas de vida, os saberes, as organizações comunitárias, as expressões culturais e as demandas sociais do território.

A pesquisa de campo utilizado como base exploratória, intitulado “Roraima: território de culturas: Arranjos e Saberes do Extremo-Norte”, apresenta Roraima como uma encruzilhada cultural na Amazônia Setentrional, marcada pela convivência entre povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, vaqueiros, imigrantes venezuelanos e migrantes de diversas regiões do Brasil. O referido material conceitua arranjos culturais como redes de saberes, fazeres, celebrações e identidades que se organizam no território, destacando artesanato, dança, culinária, festas, rituais sagrados, cultura urbana e modos de vida como elementos centrais da memória e da identidade roraimense (RORAIMA: TERRITÓRIO DE CULTURAS, 2026).

A abordagem aqui adotada assume que os *campi* do IFRR não são unidades isoladas, mas pontos de uma rede pública territorializada. O

Campus Boa Vista dialoga com a centralidade urbana da capital, com serviços especializados, saúde, tecnologia, turismo, patrimônio, cultura urbana e grandes eventos. O *Campus* Boa Vista Zona Oeste se insere em bairros de expansão urbana, marcados por economia criativa, juventudes, periferias, empreendedorismo, redes comunitárias e demandas de inclusão. O *Campus* Amajari se articula a territórios indígenas, rurais, fronteiriços e de turismo de natureza. O *Campus* Bonfim se localiza em área de fronteira com a Guiana, com forte presença indígena, interculturalidade, gestão pública local e circulação transfronteiriça. O *Campus* Novo Paraíso se ancora no sul agroambiental, fluvial e rural, com relações com Caracaraí, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis. O *Campus* Rorainópolis, em implantação, corresponde a um polo estratégico para o Sul do Estado, articulando serviços regionais, música, eventos, juventudes, redes comunitárias e dinâmicas rurais e urbanas.

O texto apresenta referencial teórico, base legal, metodologia, mapeamento dos principais eventos e expressões culturais de Roraima, análise territorial por campus, síntese comparativa, diretrizes práticas para o POCV, considerações finais e referências bibliográficas. O objetivo não é substituir estudos pedagógicos específicos de cursos, mas oferecer uma matriz técnico-científica para que novas ofertas sejam avaliadas à luz da territorialidade, da diversidade cultural, da organização social e da função pública do IFRR.

2 Resumo executivo

O estudo analisa os arranjos culturais e sociais de Roraima como subsídio para a elaboração e revisão do POCV do IFRR. Metodologicamente, combina pesquisa documental, revisão bibliográfica, levantamento em fontes públicas na *internet*, análise de eventos e expressões culturais e leitura territorial comparada dos *campi*. O referencial conceitual se apoia em autores nacionais que tratam cultura, território, participação social, capital social, políticas culturais e desenvolvimento territorial, tais como Milton Santos, Alfredo Bosi, Isaura Botelho, Lia Calabre, Maria da Glória Gohn,

Ricardo Abramovay, Ladislau Dowbor, Roque de Barros Laraia e Darcy Ribeiro.

Os resultados indicam que Roraima apresenta arranjos culturais consolidados em torno das festas juninas, quadrilhas, Boa Vista Junina, São João no Parque Anauá, Expoferr, artesanato indígena, gastronomia da mandioca, cultura de fronteira, patrimônio arqueológico, Movimento Roraimeira, religiosidades populares e redes de Pontos de Cultura. Também há arranjos em desenvolvimento, como arte urbana, *rap*, *slam*, grafite, produção audiovisual, economia criativa periférica, artesanato Warao e experiências de etnoturismo. Na dimensão social, destacam-se redes indígenas, comunidades escolares, associações, coletivos culturais, igrejas, organizações de assistência a migrantes, políticas de acolhimento, fóruns culturais e redes de proteção social.

A leitura por *campus* evidencia que cada unidade deve interpretar a cultura e a organização social a partir de sua territorialidade. Em Boa Vista, a centralidade recai sobre patrimônio, turismo, saúde, tecnologia, cultura urbana e grandes eventos. Na Zona Oeste, predominam economia criativa, juventudes, comunicação, *design*, redes comunitárias e inclusão. Em Amajari, os arranjos indígenas, interculturais, ambientais e de turismo de natureza são estruturantes. Em Bonfim, a fronteira, a presença indígena e a circulação multicultural orientam a análise. Em Novo Paraíso, os arranjos fluviais, rurais, alimentares, pesqueiros e festivos do Sul do Estado ganham centralidade. Em Rorainópolis, o FESTMUR, a dinâmica de cidade-polo do Sul, as redes de serviços, as juventudes e os eventos comunitários são referências para a oferta.

Conclui-se que o POCV deve tratar arranjos culturais e sociais como evidências de demanda formativa, e não como elementos acessórios. A oferta de cursos, projetos de extensão, pesquisas aplicadas, FICs, tecnologias sociais, currículos interculturais e itinerários formativos deve considerar a capacidade dos *campi* de fortalecer direitos culturais, desenvolvimento territorial, inclusão social, sustentabilidade, gestão pública, economia criativa e valorização dos saberes tradicionais.

3 Procedimentos metodológicos e recorte territorial

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, busca em fontes públicas oficiais e análise territorial comparada. A pesquisa bibliográfica fundamentou os conceitos de arranjos culturais e arranjos sociais, com ênfase em autores nacionais que discutem cultura, território, políticas culturais, participação social, capital social e desenvolvimento. A pesquisa documental considerou o estudo sobre os APLs no entorno dos *campi* do IFRR, a pesquisa de campo “Roraima: território de culturas: Arranjos e Saberes do Extremo-Norte”, a Lei n.º 11.892/2008 e demais marcos legais relativos a educação, cultura, povos e comunidades tradicionais, patrimônio cultural e fomento cultural.

A pesquisa na internet priorizou fontes oficiais e institucionais, como Planalto, Ministério da Cultura, Cultura Viva, Governo de Roraima, prefeituras municipais, IBGE, IPHAN, ONU Brasil, ACNUR, MDS e Sebrae-RR. Foram utilizados também veículos locais quando a fonte oficial municipal ou estadual não disponibilizava informação suficiente sobre determinado evento, especialmente em municípios do Sul do Estado. A hierarquização das fontes considerou a confiabilidade institucional, a atualidade, a territorialidade e a capacidade de confirmar a existência de eventos, redes, expressões culturais e formas de organização social.

O recorte territorial adotado preserva a delimitação utilizada no estudo de APLs do IFRR. O *Campus* Boa Vista é lido a partir de Boa Vista, com ênfase em áreas centrais e pericentrais. O *Campus* Boa Vista Zona Oeste a partir dos bairros da zona Oeste e Sudoeste da capital. O *Campus* Amajari a partir de Amajari e sua articulação com Pacaraima, Alto Alegre e Uiramutã. O *Campus* Bonfim a partir de Bonfim, Normandia e Uiramutã. O *Campus* Novo Paraíso a partir da Vila Novo Paraíso/Caracaraí e das conexões com São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis. E o *Campus* Rorainópolis a partir de Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe (IFRR, 2026a).

Para fins analíticos, foram observadas cinco dimensões: territorialidade, presença de grupos e instituições culturais, densidade de eventos e expressões, existência de redes sociais e comunitárias, e coerência

com a vocação acadêmica e os eixos tecnológicos de cada *campus*. Essa matriz permite traduzir manifestações culturais e redes sociais em critérios de planejamento educacional, sem reduzir a cultura a espetáculo nem a sociedade a demanda quantitativa por cursos.

Quadro 1 - Matriz metodológica do estudo

| Etapa | Descrição | Uso no estudo |
|--------------------------------|---|--|
| Pesquisa bibliográfica | Revisão de autores nacionais sobre território, cultura, políticas culturais, redes, movimentos sociais e desenvolvimento territorial. | Conceituação de arranjos culturais e arranjos sociais. |
| Pesquisa documental | Leitura do estudo sobre APLs do IFRR e da cartilha sobre arranjos culturais de Roraima. | Definição de recorte territorial, categorias de análise e identificação de expressões culturais. |
| Busca em fontes públicas | Consulta a Planalto, MinC, Cultura Viva, Governo de Roraima, prefeituras, IBGE, IPHAN, ONU/ACNUR, MDS e Sebrae-RR. | Atualização do mapeamento de eventos, redes, patrimônio e dinâmicas sociais. |
| Análise territorial por campus | Cruzamento entre territorialidade, vocação acadêmica, eixos tecnológicos, eventos, expressões culturais e redes sociais. | Estratificação dos arranjos por Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari, Bonfim, Novo Paraíso e Rorainópolis. |
| Síntese para o POCV | Identificação de implicações para cursos, FIC, extensão, pesquisa aplicada, tecnologias sociais e itinerários formativos. | Produção de diretrizes para tomada de decisão institucional. |

Fonte: elaboração própria, com base em IFRR (2026a), Roraima: Território de Culturas (2026) e fontes públicas consultadas.

4 Referencial teórico-conceitual: arranjos culturais e arranjos sociais

4.1 Território, cultura e desenvolvimento institucional

A leitura de arranjos culturais e sociais deve partir da noção de território. Em Milton Santos, o território não é apenas uma superfície delimitada, mas um território usado, composto por objetos, ações, técnicas, normas, fluxos, conflitos e práticas sociais. Nessa perspectiva, o território expressa usos históricos e atuais que revelam como grupos sociais produzem, circulam, simbolizam e disputam o espaço (SANTOS, 2006). Para o IFRR, essa interpretação é essencial, a presença de um *campus* modifica e é modificada pelo território, pois cria fluxos de estudantes, formação profissional, pesquisa, extensão, serviços, tecnologias e novas possibilidades de pertencimento.

No que diz respeito à cultura, por sua vez, não se limita às belas-artes, ao patrimônio material ou ao calendário de eventos. Alfredo Bosi compreende a cultura como campo de tensões, memória, trabalho simbólico, permanências e rupturas que estruturam modos de vida e formas de interpretação do mundo (BOSI, 1992). Roque de Barros Laraia, ao discutir o conceito antropológico de cultura, destaca que a cultura organiza padrões de comportamento, significados e aprendizagens coletivas, sendo transmitida socialmente e transformada historicamente (LARAIA, 2009). Assim, quando o IFRR planeja sua oferta formativa, precisa reconhecer que a aprendizagem profissional ocorre em territórios culturalmente constituídos.

No campo das políticas culturais, Isaura Botelho distingue dimensões sociológicas e antropológicas da cultura, da seguinte forma: uma refere-se aos circuitos organizados de produção, difusão e consumo cultural; a outra refere-se aos modos de vida, valores, práticas e sentidos produzidos pelos grupos sociais no cotidiano (BOTELHO, 2001). Essa distinção ajuda a compreender que os arranjos culturais de Roraima incluem tanto grandes eventos, como Boa Vista Junina e São João no Parque Anauá, quanto práticas cotidianas, como a produção de farinha, a cestaria indígena, a pintura corporal, as festas comunitárias, a música periférica, a literatura oral e os rituais de cura.

Lia Calabre contribui ao demonstrar que políticas culturais eficazes dependem de institucionalidade, financiamento, participação social e reconhecimento da diversidade (CALABRE, 2009). Esse ponto aproxima a discussão do POCV, na qual, considera que a oferta de cursos e projetos não deve apenas preparar trabalhadores para um setor econômico, mas fortalecer capacidades territoriais para a gestão cultural, o turismo comunitário, a produção audiovisual, o *design*, a economia criativa, a educação patrimonial, a mediação intercultural, a documentação de memórias e o acesso democrático aos direitos culturais.

4.2 Conceito de arranjos culturais

Neste estudo, no que tange ao entendimento dos arranjos culturais, foi considerado que, arranjos culturais são compreendidos como redes

territorializadas de saberes, fazeres, linguagens, celebrações, memórias, instituições, grupos, eventos, bens simbólicos, tecnologias de criação e formas de transmissão cultural que organizam a produção, a circulação, a fruição e a preservação da cultura em determinado território. O conceito envolve tanto manifestações consolidadas quanto práticas emergentes, desde que possuam algum grau de reconhecimento comunitário, recorrência, identidade territorial, capacidade de mobilização social e relação com instituições de apoio.

A definição dialoga com a pesquisa de campo produzida, que descreve arranjos culturais como redes de saberes, fazeres, celebrações e identidades organizadas em um território, incluindo artesanato, dança, culinária, festas e rituais sagrados (PRODIN, 2026). Entretanto, para fins de planejamento institucional, o conceito é ampliado para incorporar também equipamentos culturais, políticas públicas, agentes culturais, coletivos juvenis, economia criativa, patrimônio material e imaterial, cultura digital, redes de fomento, educação patrimonial e formas de organização cultural de povos indígenas, migrantes, comunidades rurais e periferias urbanas.

Um arranjo cultural não é apenas a existência isolada de uma manifestação. Ele exige relações. A quadrilha junina, por exemplo, torna-se arranjo quando envolve grupos, ensaios, costureiras, aderecistas, coreógrafos, músicos, patrocinadores, escolas, famílias, poder público, editais, espaços de apresentação, comércio local e público participante. Da mesma forma, a cerâmica indígena ou a cestaria não são apenas produtos artesanais, são sistemas de conhecimento, transmissão intergeracional, relação com matéria-prima, identidade étnica, aprendizagem comunitária e possibilidade de renda.

Com base nessa concepção, os arranjos culturais podem ser classificados em comunitário-territoriais, festivo-cerimoniais, produtivo-artesanais, religioso-devocionais, patrimoniais, urbano-contemporâneos, midiático-digitais e interculturais. Essa tipologia não é rígida, uma mesma prática pode pertencer a mais de uma categoria. A Maior Paçoca do Mundo, por exemplo, é simultaneamente gastronomia, evento, símbolo identitário, economia criativa e patrimônio cultural local.

Quadro 2 - Tipologia de arranjos culturais para leitura do POCV

| Tipo de arranjo cultural | Descrição analítica | Exemplos em Roraima |
|---------------------------------|--|---|
| Comunitário-territorial | Práticas vinculadas a comunidades, pertencimento, identidade local e transmissão de saberes. | Comunidades indígenas Macuxi, Wapichana, Wai-Wai, Yanomami; vilas, vicinais e comunidades rurais. |
| Festivo-cerimonial | Celebrações recorrentes que mobilizam grupos, economia, memória, religiosidade e sociabilidade. | Boa Vista Junina, São João no Parque Anauá, Arraial de São João da Baliza, FESTMUR, festivais folclóricos escolares. |
| Produtivo-artesanal | Sistemas de fazer cultural com técnica, estética, aprendizagem e possibilidade de geração de renda. | Cerâmica, cestaria, biojoias, artesanato Warao e Eñepá, painéis de barro da Raposa, farinha de mandioca. |
| Religioso-devocional | Redes de fé, rituais, devoções, música e celebrações que organizam pertencimento social. | Folia de Reis, São Sebastião, Círio de Nazaré, cultos evangélicos, Baliza Fest Gospel, pajelança e rituais indígenas. |
| Patrimonial | Bens materiais e imateriais, lugares de memória e referências culturais reconhecidas ou em processo de documentação. | Forte São Joaquim, sítios arqueológicos, patrimônio imaterial, Movimento Roraimeira, narrativas do lavrado. |
| Urbano-contemporâneo | Linguagens de juventudes, periferias, ocupação do espaço público e cultura digital. | Rap, slam, grafite, batalhas de rima, coletivos de dança, audiovisual, comunicação comunitária. |
| Intercultural e fronteiriço | Práticas formadas pelo encontro entre povos, línguas, nacionalidades, rotas e redes migratórias. | Cultura Warao em Boa Vista e Pacaraima, fronteira Bonfim-Lethem, influência venezuelana e guianense. |

Fonte: elaboração própria, com base em Bosi (1992), Laraia (2009), Botelho (2001), Calabre (2009) e Roraima: Território de Culturas (2026).

4.3 Conceito de arranjos sociais

Neste estudo, arranjos sociais são compreendidos como redes territorializadas de sujeitos, instituições, coletivos, movimentos, associações, lideranças, serviços públicos, organizações comunitárias, igrejas, escolas, entidades de apoio, políticas públicas e práticas de cooperação que estruturam a vida coletiva e a capacidade de ação de um território. Enquanto os arranjos culturais enfatizam as formas simbólicas e expressivas, os arranjos sociais enfatizam as formas de organização, proteção, participação, solidariedade, mediação, governança e resposta coletiva a problemas comuns.

Maria da Glória Gohn, ao analisar movimentos sociais e participação, demonstra que a ação coletiva contemporânea se organiza por redes, identidades, reivindicações, lutas por direitos e construção de espaços públicos de negociação (GOHN, 2011). Essa perspectiva é relevante para compreender conselhos, fóruns, associações indígenas, coletivos culturais, grupos de juventude, organizações de migrantes, redes de assistência social e comunidades escolares em Roraima. Tais redes não são apenas contexto, elas são estruturas sociais que podem sustentar formação, extensão, pesquisa e inovação social.

Quadro 3 - Diferença analítica entre arranjos culturais e arranjos sociais

| Dimensão | Arranjos culturais | Arranjos sociais | Implicação para o POCV |
|--------------------|---|--|---|
| Foco | Saberes, fazeres, celebrações, linguagens, memórias e bens simbólicos. | Redes de sujeitos, instituições, lideranças, serviços, movimentos e cooperação. | A oferta deve reconhecer tanto práticas culturais quanto formas de organização social. |
| Pergunta-chave | Quais expressões culturais estruturam a identidade e a vida simbólica do território? | Quais redes sociais organizam participação, proteção, mediação e desenvolvimento? | O diagnóstico deve ir além da demanda por cursos e mapear atores. |
| Evidências | Eventos, grupos culturais, patrimônio, artesanato, gastronomia, música, danças, rituais, espaços culturais. | Associações, conselhos, escolas, igrejas, coletivos, redes de assistência, organizações indígenas, fóruns e serviços públicos. | Cada campus deve identificar parceiros, públicos e possibilidades de extensão. |
| Resultado esperado | Valorização, salvaguarda, produção, fruição e economia criativa. | Inclusão social, participação, governança territorial, proteção social e fortalecimento comunitário. | Cursos e projetos devem integrar formação técnica, cidadania e desenvolvimento territorial. |

Fonte: elaboração própria, com base em Santos (2006), Botelho (2001), Gohn (2011), Abramovay (2000) e Dowbor (2016).

Ricardo Abramovay, ao discutir capital social e desenvolvimento territorial, enfatiza a importância das relações de confiança, cooperação e coordenação entre atores locais para que o território produza trajetórias de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000). Ladislau Dowbor, por sua vez, reforça que o poder local, a gestão participativa e a capacidade de articulação entre governo e sociedade são decisivos para políticas públicas efetivas (DOWBOR, 2016). Em Roraima, esses elementos aparecem nas

assembleias indígenas, nos Pontos de Cultura, nos grupos de quadrilhas, nas redes de acolhimento a migrantes, nas associações de artesãos, nos eventos comunitários e nas parcerias entre prefeituras, Estado, União, Sebrae, universidades e sociedade civil.

Os arranjos sociais são fundamentais para o POCV porque indicam quem aprende, quem ensina, quem organiza, quem demanda, quem media conflitos e quem pode se tornar parceiro institucional. Um curso, oficina ou projeto que ignora as redes sociais locais tende a ter menor aderência territorial. Por outro lado, uma oferta planejada em diálogo com lideranças, escolas, associações, conselhos, coletivos e serviços públicos pode produzir resultados mais sustentáveis e socialmente relevantes.

4.4 Critérios de maturidade e organização territorial dos arranjos

Para que os conceitos sejam úteis ao planejamento do POCV, os arranjos culturais e sociais foram classificados em três estágios: incipientes, em desenvolvimento e consolidados.

Quadro 4 - Estágios de maturidade dos arranjos culturais e sociais

| Estágio | Características | Estratégia formativa sugerida |
|--------------------|--|--|
| Incipiente | Baixa institucionalização, documentação frágil, pouca recorrência ou redes pouco estruturadas. | FIC, extensão, inventário participativo, oficinas de memória, formação de agentes culturais e apoio à organização comunitária. |
| Em desenvolvimento | Recorrência, mobilização comunitária, presença de grupos ou coletivos, início de parcerias e demanda por qualificação. | Cursos técnicos, projetos integradores, incubação, empreendedorismo cultural, laboratórios de criação e gestão de eventos. |
| Consolidado | Reconhecimento público, densidade de atores, impacto social/econômico, calendários, governança ou políticas de apoio. | Verticalização, tecnólogos, especializações, pesquisa aplicada, observatórios, tecnologias sociais e arranjos intercâmpis. |

Fonte: elaboração própria.

Arranjos incipientes possuem manifestação reconhecível, mas baixa documentação, pouca institucionalização ou baixa recorrência. Arranjos em desenvolvimento apresentam recorrência, mobilização comunitária e alguma articulação institucional, mas ainda dependem de fomento, formação e

governança. Arranjos consolidados apresentam recorrência pública, reconhecimento territorial, densidade de atores, capacidade de mobilização, impacto social ou econômico e algum grau de apoio institucional.

5 Marco legal e político-institucional

O marco legal do estudo tem como eixo a Lei n.º 11.892/2008, especialmente a finalidade dos Institutos Federais de orientar sua oferta formativa para a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (BRASIL, 2008). Essa orientação deve ser compreendida em articulação com a Constituição Federal de 1988, que garante o pleno exercício dos direitos culturais, o acesso às fontes da cultura nacional e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, incluindo bens de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988).

No campo da educação, a LDB estabelece princípios de vinculação entre educação escolar, mundo do trabalho e prática social, o que permite compreender a formação profissional e tecnológica como processo de formação humana integral (BRASIL, 1996). A Lei n.º 11.645/2008, ao tornar obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica, reforça a centralidade da diversidade étnico-cultural para instituições educacionais que atuam em territórios como Roraima (BRASIL, 2008b).

No campo das políticas culturais, a Lei n.º 13.018/2014 institui a Política Nacional de Cultura Viva, voltada ao fortalecimento de iniciativas culturais de base comunitária e à articulação de Pontos e Pontões de Cultura (BRASIL, 2014). O Ministério da Cultura define a PNCV como política pública de Estado, gerida de forma compartilhada com governos, grupos, instituições culturais, gestores, produtores e sociedade civil, voltada a articular, capacitar e fomentar ações culturais em comunidades e territórios (CULTURA VIVA, 2026). Em Roraima, a Rede Cultura Viva possuía, em 2025, 26 Pontos de Cultura em sete municípios, o que revela uma base institucional relevante para leitura de arranjos culturais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2025).

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, instituída pela Lei n.º 14.399/2022, constitui outro instrumento relevante por prever apoio contínuo à cultura por meio da cooperação federativa entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2022). Já o Decreto n.º 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, oferece base para reconhecer povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados, com formas próprias de organização social e relação com território, recursos naturais, memória, identidade e ancestralidade (BRASIL, 2007).

Quadro 5 - Marco legal relacionado aos arranjos culturais e sociais

| Norma | Conteúdo relevante | Relevância para o IFRR e o POCV |
|------------------------------|---|---|
| Constituição Federal de 1988 | Direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e proteção do patrimônio material e imaterial. | Base para educação patrimonial, diversidade cultural, memória e cidadania. |
| Lei n.º 11.892/2008 | Criação dos Institutos Federais e finalidade de fortalecer arranjos produtivos, sociais e culturais locais. | Fundamento direto para mapear arranjos culturais e sociais na definição de oferta. |
| Lei n.º 9.394/1996 - LDB | Educação vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. | Aproxima cursos, territórios, cidadania e desenvolvimento. |
| Lei n.º 11.645/2008 | Obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. | Essencial para currículos interculturais em Roraima. |
| Lei n.º 13.018/2014 | Política Nacional de Cultura Viva e Pontos de Cultura. | Apoia redes culturais comunitárias e parcerias territoriais. |
| Lei n.º 14.399/2022 | Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. | Financiamento federativo e fortalecimento de agentes e espaços culturais. |
| Decreto n.º 6.040/2007 | Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. | Reconhece formas próprias de organização social, identidade, território e saberes tradicionais. |

Fonte: elaboração própria, com base em Brasil (1988, 1996, 2007, 2008a, 2008b, 2014, 2022).

6 Panorama dos eventos, expressões culturais e redes sociais de Roraima

6.1 Eventos e expressões culturais de maior visibilidade pública

Roraima apresenta um calendário cultural no qual festas juninas, quadrilhas, boi-bumbá, música regional, gastronomia, artesanato, festivais escolares, eventos agropecuários, cultura de fronteira, religiosidade popular e manifestações indígenas ocupam posição central. O levantamento realizado

confirma a relevância de eventos de grande público na capital, mas também evidencia a existência de eventos de forte significado territorial em Amajari, Bonfim, Normandia, Caracarái, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis.

O Boa Vista Junina é um dos eventos culturais de maior densidade pública no estado. Em 2024, segundo a Prefeitura de Boa Vista, cerca de 370 mil pessoas participaram do evento, realizado entre 1º e 8 de junho, com apresentações de quadrilhas, shows, artistas locais e distribuição da Maior Paçoca do Mundo (BOA VISTA, 2024). Em 2025, na edição de 25 anos, a Maior Paçoca do Mundo atingiu 1.547,5 kg e foi descrita como símbolo afetivo da culinária roraimense e patrimônio cultural e imaterial de Boa Vista (BOA VISTA, 2025). A festa articula gastronomia, identidade local, economia criativa, comércio, música, costura, adereços, dança, mídia e turismo urbano.

O São João no Parque Anauá, organizado pelo Governo de Roraima, também se destaca. Em 2025, foi anunciado como o maior São João do Norte do País, com programação entre 22 e 27 de julho, concurso de 32 agremiações juninas e investimento superior a R\$ 1,5 milhão em repasses, premiações e majestades juninas (RORAIMA, 2025a). Em outra matéria, a Secult estimou que o evento movimentaria cerca de R\$ 70 milhões na economia estadual, especialmente em vendas diretas, hotelaria, transporte e produção cultural, além de destacar a participação de artesãos indígenas e empreendedores locais (RORAIMA, 2025b).

A Expoferr Show, embora vinculada ao agronegócio, opera também como arranjo social e cultural. A 44ª edição, em 2025, combinou negócios, tradição, gastronomia, cultura e inovação, com exposições, leilões, provas equestres, vaquejada, rodeio, mostras de inovação, palestras técnicas, alimentação, estandes, microempreendedores e apresentações locais e nacionais (RORAIMA, 2025c). Trata-se de um exemplo de arranjo híbrido, no qual cultura agropecuária, entretenimento, economia, sociabilidade rural e políticas públicas se articulam.

No interior, destacam-se eventos que revelam identidade local e organização comunitária. Em Amajari, os Jogos Interculturais das Escolas do Amajari, em sua 10ª edição em 2024, envolveram 300 participantes de 11

escolas e comunidades indígenas, com modalidades esportivas, brincadeiras indígenas, pinturas corporais e a tradicional trança da darruana, feita com palha de buriti (RORAIMA, 2024).

Quadro 6 - Eventos e expressões culturais de Roraima mapeados em fontes públicas

| Evento/expressão | Território de maior incidência | Arranjos mobilizados | Situação analítica |
|---|---------------------------------------|---|--|
| Boa Vista Junina e Maior Paçoca do Mundo | Boa Vista | Quadrilhas, gastronomia, artistas locais, costura, adereços, turismo, comércio e identidade urbana. | Consolidado; grande público, recorrência e reconhecimento identitário. |
| São João no Parque Anauá | Boa Vista, com alcance estadual | Quadrilhas, música, economia criativa, artesanato, serviços, turismo e cultura popular. | Consolidado; forte impacto cultural e econômico. |
| Expoferr Show | Boa Vista e interior rural | Cultura agropecuária, rodeio, vaquejada, gastronomia, shows, negócios e inovação. | Consolidado; arranjo híbrido produtivo-social-cultural. |
| Rede Cultura Viva | Boa Vista, Cantá e outros municípios | Pontos de cultura, coletivos, capoeira, circo, música indígena, moda afro, teatro, dança e governança cultural. | Em consolidação; 26 pontos em sete municípios em 2025. |
| Jogos Interculturais das Escolas do Amajari | Amajari e comunidades indígenas | Jogos tradicionais, cultura corporal, pinturas, darruana, escolas indígenas e socialização. | Em desenvolvimento; forte base escolar e intercultural. |
| Festival das Panelas de Barro da Raposa | Normandia/Raposa I | Cerâmica, turismo de base comunitária, memória indígena, culinária e economia criativa. | Em desenvolvimento; forte vínculo com etnoturismo. |
| FESTMUR | Rorainópolis | Música, intérpretes, compositores, aniversário do município, lazer e identidade local. | Consolidado localmente; principal evento cultural municipal. |
| Arraial e Baliza Fest Gospel | São João da Baliza | Festa junina, música, religiosidade, artistas locais, comidas típicas e integração regional. | Em desenvolvimento; relevância no sul do estado. |
| Festival de Pesca do Tucunaré | Caroebe/Jatapu | Pesca esportiva, turismo, gastronomia, artesanato, comunidade indígena e economia criativa. | Emergente/em desenvolvimento; potencial de turismo de experiência. |
| Arte urbana, rap, slam e grafite | Boa Vista e periferias urbanas | Juventudes, ocupação do espaço público, crítica social, poesia falada e cultura digital. | Emergente/em desenvolvimento; demanda fomento, espaços e formação. |

Fonte: elaboração própria, com base em Boa Vista (2024, 2025), Roraima (2024, 2025a, 2025b, 2025c, 2025d), Rorainópolis (2026), São João da Baliza (2025), Folha BV (2025), Sebrae-RR (2026), Ministério da Cultura (2025) e documento anexo.

Em Bonfim, o Festival Folclórico do Colégio Estadual Militarizado Aldébaro José Alcântara foi apresentado como espaço de integração cultural em região de fronteira, envolvendo estudantes brasileiros, guianenses, chineses e venezuelanos (RORAIMA, 2025d).

No Sul do Estado, o calendário de Rorainópolis registra o FESTMUR, descrito pela Prefeitura como o maior evento cultural da cidade, realizado geralmente em outubro e reunindo artistas locais e nacionais, com premiações para intérpretes e compositores (RORAINÓPOLIS, 2026).

Em São João da Baliza, o Arraial de São João da Baliza chegou à 36ª edição em 2025, com *shows*, apresentações culturais, comidas típicas e distribuição de paçoca com banana, enquanto o Baliza Fest Gospel foi anunciado como evento cultural e religioso voltado a talentos musicais cristãos e à integração entre igrejas (FOLHA BV, 2025; SÃO JOÃO DA BALIZA, 2025).

Em Caroebe, o Festival da Pesca Esportiva do Tucunaré foi estruturado com foco em turismo, economia criativa, gastronomia, artesanato, produtos locais e participação de comunidade indígena na cadeia econômica do turismo (SEBRAE-RR, 2026).

6.2 Povos originários, migração, patrimônio e cultura viva

A cultura de Roraima tem base profundamente indígena. O Censo Demográfico 2022 identificou 391 etnias no Brasil e 295 línguas indígenas, entre as etnias mais numerosas, o povo Makuxí aparece com 53.446 pessoas, sendo a terceira maior etnia indígena do país (IBGE, 2025). Destaca-se o Macuxi, Wapichana, Ingarikó, Taurepang, Saporá, Wai-Wai, Wamiri-Atroari, Yanomami e Patamona como povos fundamentais para compreender o território roraimense, com modos de vida, línguas, rituais, artesanatos, cosmologias e relações com rios, serras, lavrado e floresta (RORAIMA: TERRITÓRIO DE CULTURAS, 2026).

A centralidade indígena deve ser lida como arranjo cultural e social. Culturalmente, envolve cerâmica, cestaria, pintura corporal, arcos e flechas, cantos, danças, pajelança, produção de farinha, rituais de passagem, narrativas do Monte Roraima, memória e línguas. Socialmente, envolve

tuxauas, pajês, escolas indígenas, associações, assembleias, secretarias específicas, políticas públicas, redes de saúde, educação e produção familiar. O Decreto n.º 6.040/2007 reforça essa leitura ao reconhecer formas próprias de organização social e territorialidade dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

A migração venezuelana produziu outro arranjo social e cultural importante, sobretudo em Boa Vista e Pacaraima. A Operação Acolhida, criada em 2018, é a resposta humanitária do Governo Federal ao fluxo migratório venezuelano na fronteira, com ações de ordenamento, acolhimento e interiorização. Em 2026, o MDS registrou que Boa Vista possuía seis abrigos, metade destinada ao acolhimento de indígenas venezuelanos, além de alojamentos de trânsito em Boa Vista e Pacaraima (MDS, 2026). Do ponto de vista cultural, o artesanato Warao e Eñepá ganhou espaço no Centro de Artesanato de Boa Vista, com apoio do ACNUR, como alternativa de renda e preservação de identidade cultural (ONU BRASIL, 2020).

O patrimônio cultural também estrutura arranjos. O IPHAN registra centenas de sítios arqueológicos conhecidos em Roraima, muitos cadastrados no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, além de destacar a necessidade de georreferenciamento, sinalização e identificação de novos sítios, frequentemente com participação das próprias comunidades, especialmente indígenas (IPHAN, 2026). O Forte São Joaquim do Rio Branco é referência de patrimônio material e arqueológico relacionado à ocupação histórica do território, enquanto o patrimônio imaterial compreende saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão e lugares de práticas culturais coletivas.

Por fim, a Rede Cultura Viva evidencia a organização contemporânea de agentes culturais. Em 2025, a Teia Estadual dos Pontos de Cultura de Roraima reuniu artistas, gestores e representantes da Rede Cultura Viva, com apresentações de grupos como Ritmizando, Erupção Crew e Circo Imaginarte, debates sobre governança, trabalho, sustentabilidade e cultura viva, além da informação de que o estado possuía 26 Pontos de Cultura em sete municípios (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2025). Esse dado revela a

existência de uma rede de base comunitária que pode ser parceira do IFRR em FIC, extensão, pesquisa, estágios, laboratórios culturais e projetos integradores.

6.3 Síntese do mapeamento estadual

Quadro 7 - Mapeamento estadual dos arranjos culturais e sociais de Roraima

| Categoria | Expressões e redes observadas | Territórios de maior incidência | Implicações para a oferta do IFRR |
|---------------------------------------|---|---|--|
| Cultura indígena e interculturalidade | Línguas, rituais, pajelança, cestaria, cerâmica, pintura corporal, escolas indígenas, tuxauas e assembleias. | Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Bonfim, Normandia, Alto Alegre, Boa Vista, São João da Baliza, Caroebe. | Currículos interculturais, educação escolar indígena, etnoturismo, tecnologias sociais, documentação de saberes e línguas. |
| Festas juninas e quadrilhas | Boa Vista Junina, São João no Parque, Arraial de São João da Baliza, quadrilhas e festas escolares. | Boa Vista e municípios do interior. | Gestão de eventos, produção cultural, design, audiovisual, costura, gastronomia, empreendedorismo. |
| Economia criativa e cultura urbana | Pontos de Cultura, rap, slam, grafite, capoeira, circo, teatro, dança, audiovisual e cultura digital. | Boa Vista, Zona Oeste, Cantá e periferias urbanas. | Produção cultural e design, comunicação, marketing, gestão pública, formação de coletivos e incubação. |
| Gastronomia e modos de fazer | Farinha de mandioca, beiju, damorida, paçoca com banana, arepa, pimentas, comida de festa e culinária de fronteira. | Todo o estado, com variações indígenas, urbanas, rurais e fronteiriças. | Produção alimentícia, turismo, segurança alimentar, agroindústria, extensão comunitária. |
| Patrimônio e memória | Sítios arqueológicos, Forte São Joaquim, Movimento Roraimeira, literatura local, cordel, narrativas e museus. | Boa Vista, Bonfim, regiões indígenas, interior e sul do estado. | Educação patrimonial, turismo, mediação cultural, memória institucional e história local. |
| Fronteira e migração | Warao, Eñepá, Pemon, venezuelanos, guianenses, comércio de fronteira, línguas e acolhimento. | Boa Vista, Pacaraima, Bonfim e rotas estaduais. | Mediação intercultural, português como língua de acolhimento, assistência social, gestão pública e direitos humanos. |
| Arranjos rurais e agrofestivos | Expoferr, vaquejada, rodeios, festas do peão, pesca esportiva, turismo rural, Caroebe e sul do estado. | Boa Vista rural, Novo Paraíso, Caracará, São Luiz, São João da Baliza, Caroebe, Rorainópolis. | Agroindústria, recursos naturais, turismo de experiência, gestão de empreendimentos e sustentabilidade. |

Fonte: elaboração própria, com base na pesquisa documental e nas fontes públicas consultadas.

7 Análise territorial estratificada por campus

7.1 Campus Boa Vista

O *Campus* Boa Vista está situado na capital, em área urbana e pericentral, com relação funcional com bairros centrais, serviços públicos e privados, equipamentos culturais, saúde, educação, turismo, tecnologia, infraestrutura e administração pública. A capital concentra a maior densidade populacional e institucional do estado, o que faz do *campus* um polo estratégico para a leitura dos arranjos culturais e sociais de maior visibilidade pública.

Do ponto de vista cultural, Boa Vista reúne grandes eventos e redes estruturantes. O Boa Vista Junina e a Maior Paçoca do Mundo mobilizam quadrilhas, gastronomia, artistas locais, comércio, turismo, comunicação e serviços. O São João no Parque Anauá amplia essa centralidade ao articular concurso de quadrilhas, palco, economia criativa e artesãos de diferentes regiões. A Expoferr Show, localizada na zona rural da capital, conecta cultura agropecuária, rodeio, vaquejada, gastronomia e shows. A Rede Cultura Viva apresenta forte presença em Boa Vista, com Pontos de Cultura, capoeira, circo, teatro, música indígena, dança, moda afro e coletivos culturais (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2025).

A capital também é território de cultura urbana e contemporânea. A cartilha anexa destaca batalhas de rap, slams, grafite, literatura periférica e ocupação de praças públicas como formas de voz das juventudes e das periferias (RORAIMA: TERRITÓRIO DE CULTURAS, 2026). No campo patrimonial, o Forte São Joaquim, os sítios arqueológicos e as publicações do IPHAN indicam possibilidades de educação patrimonial e turismo cultural. No campo social, Boa Vista concentra redes de acolhimento a migrantes venezuelanos, abrigos da Operação Acolhida, ações de assistência, saúde, documentação e inserção socioeconômica (MDS, 2026).

Para o POCV, o *Campus* Boa Vista deve ser compreendido como polo de formação técnica, tecnológica e docente voltado a patrimônio, turismo, saúde, gestão, comunicação, tecnologia, energias, eventos, audiovisual, serviços urbanos, mediação intercultural e políticas públicas. Os arranjos culturais e sociais reforçam a pertinência de ofertas que integrem

infraestrutura, informação e comunicação, turismo, hospitalidade, saúde, secretariado, gestão pública, educação patrimonial e tecnologias sociais.

7.2 Campus Boa Vista Zona Oeste

O Campus Boa Vista Zona Oeste se insere em território urbano de expansão e periferização, com forte presença de comércio de proximidade, serviços, igrejas, escolas, juventudes, microempreendedorismo, redes de vizinhança, demandas sociais e produção cultural comunitária. Seu entorno inclui bairros como Pintolândia, Senador Hélio Campos, Cidade Nova, Montitur, Lauro Moreira/Conjunto Cidadão e Cidade Satélite, conforme a delimitação territorial adotada no estudo de APLs do IFRR (IFRR, 2026a).

A leitura cultural da Zona Oeste deve evitar a simples reprodução da centralidade do Campus Boa Vista. A unidade possui maior aderência à economia criativa, à comunicação, ao design, à gestão, ao marketing, aos recursos humanos, à produção cultural e à inovação social. Nesse território, os arranjos culturais se expressam em festas comunitárias, quadrilhas, igrejas, cultura gospel, capoeira, grafite, danças urbanas, música periférica, empreendedorismo criativo, redes de mulheres, juventudes e iniciativas sociais. A presença de populações migrantes e o histórico de abrigamento indígena venezuelano em espaços como Pintolândia reforçam a necessidade de uma leitura intercultural e de proteção social.

Os arranjos sociais da Zona Oeste são formados por escolas, associações, coletivos, grupos religiosos, iniciativas culturais, serviços públicos e redes de solidariedade que organizam o cotidiano da periferia urbana. Nesse contexto, a cultura não aparece apenas como evento, mas como prática de pertencimento, prevenção de vulnerabilidades, produção de renda, comunicação comunitária e formação de identidade juvenil.

Para o POCV, o *Campus Boa Vista Zona Oeste* deve consolidar-se como unidade urbana de gestão, produção cultural, *design*, comunicação, economia criativa, empreendedorismo social e formação cidadã. Cursos e projetos podem priorizar design gráfico, *marketing* digital, produção audiovisual, gestão de projetos culturais, mídias sociais, atendimento ao

público, gestão de pessoas, gestão pública comunitária, fotografia, moda, economia solidária, acessibilidade cultural e tecnologias de inclusão.

7.3 Campus Amajari

O *Campus* Amajari está situado em território rural, indígena, ambiental e fronteiro, articulado a Amajari, Pacaraima, Alto Alegre e Uiramutã. A presença de comunidades indígenas, vilas, vicinais, escolas indígenas, agricultura familiar, serras, rios e turismo de natureza torna esse *campus* um espaço privilegiado para a leitura de arranjos culturais e sociais vinculados à interculturalidade, à bioeconomia, à educação escolar indígena e à sustentabilidade.

A pesquisa identificou os Jogos Interculturais das Escolas do Amajari como evento emblemático. Em 2024, a 10ª edição envolveu 300 participantes, 11 escolas e comunidades como Leão de Ouro, Vida Nova, Aningal, Mangueira, Guariba, Araçá, Mutamba, Três Corações, Ponta da Serra e Urucuri, com esportes tradicionais, brincadeiras indígenas, arremesso de pedra e lança, corrida com tora, arco e flecha, pinturas corporais e trança da darruana (RORAIMA, 2024). Essa manifestação articula cultura corporal, educação, identidade indígena, sociabilidade escolar e transmissão de saberes.

Além disso, o entorno de Amajari dialoga com Pacaraima e Uiramutã, áreas marcadas por circulação fronteira, presença indígena e referências de etnoturismo e turismo de natureza. A Serra do Tepequém, mencionada pela Secult como território de evento tradicional de corrida de altitude, reforça o potencial turístico e ambiental da região (RORAIMA, 2025e). Socialmente, os arranjos são constituídos por tuxauas, escolas indígenas, famílias agricultoras, organizações públicas, Funai, secretarias municipais e estaduais, redes de saúde e educação, além de relações transfronteiriças com a Venezuela.

Para o POCV, o *Campus* Amajari deve articular recursos naturais, produção alimentícia, aquicultura, agropecuária, agroindústria, meio ambiente e educação intercultural com os arranjos culturais e sociais do território. São relevantes ofertas em etnoturismo, turismo de natureza,

processamento de alimentos tradicionais, gestão de empreendimentos comunitários, educação ambiental, agroecologia, línguas e culturas indígenas, mediação intercultural, tecnologias sociais para comunidades rurais e documentação de saberes tradicionais.

7.4 *Campus Bonfim*

O *Campus Bonfim* se insere em uma região de fronteira com a Guiana, tendo como entorno Bonfim, Normandia e Uiramutã. É um território de circulação transfronteiriça, presença indígena, comércio, agricultura familiar, serviços públicos, escolas, vilas e micro-regiões. Sua singularidade está na combinação entre gestão, negócios, informação e comunicação, recursos naturais, desenvolvimento educacional e social, conforme o estudo de APLs do IFRR (IFRR, 2026a).

Do ponto de vista cultural, Bonfim e seu entorno mobilizam arranjos indígenas, fronteiriços, escolares e religiosos. O Festival Folclórico do Colégio Estadual Militarizado de Bonfim, realizado em 2025, foi descrito pelo Governo de Roraima como evento de integração cultural em escola de fronteira que abriga alunos brasileiros, guianenses, chineses e venezuelanos, reforçando a convivência multicultural (RORAIMA, 2025d). Em Normandia, a comunidade Raposa I realiza o tradicional Festival das Panelas de Barro da Raposa, associado à cerâmica indígena, turismo de base comunitária e experiências registradas no Ministério do Turismo (RORAIMA, 2025e).

A fronteira com a Guiana acrescenta dimensão linguística e comercial ao arranjo social. As redes locais envolvem escolas, comunidades indígenas, serviços públicos, circulação de mercadorias, comércio exterior, igrejas, associações, turismo e políticas de educação intercultural. A presença do inglês guianense, do português, de línguas indígenas e da circulação venezuelana amplia a necessidade de formação para comunicação, mediação, gestão pública e respeito à diversidade.

Para o POCV, o *Campus Bonfim* deve consolidar-se como polo fronteiriço, intercultural, comercial e de gestão. Além das ofertas ligadas a agronegócio territorializado, agroecologia, administração, comércio exterior, informática e gestão pública, há potencial para cursos FIC e projetos em

línguas de fronteira, turismo comunitário, cerâmica e artesanato indígena, mediação intercultural, gestão de eventos comunitários, logística de pequenos negócios, tecnologias digitais para comércio e educação patrimonial.

7.5 Campus Novo Paraíso

O *Campus* Novo Paraíso, localizado na Vila Novo Paraíso, em Caracaraí, situa-se no eixo Sul do Estado e se relaciona com Caracaraí, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, Caroebe e Rorainópolis. Seu território é marcado pela BR-174, por rios, comunidades rurais, produção agropecuária, pesca, cultura alimentar, festas populares, religiosidade, rodeios, turismo de experiência e formas de organização associadas ao campo, ao rio e às pequenas cidades.

Os arranjos culturais do entorno incluem festivais folclóricos de Caracaraí, grupos como Cobra Mariana e Gavião Carcará, festas juninas, Arraial de São João da Baliza, *Baliza Fest Gospel*, pesca esportiva em Caroebe, gastronomia regional, artesanato, festas do peão, vaquejadas, regatas, farinha, mandioca, dendê e culinária de rios e vicinais. A cartilha anexa destaca a importância da farinha de mandioca, da damorida, da carne de sol com pirão, das pimentas, da vaquejada, das festas do peão, da pesca, da canoagem e dos festejos juninos como elementos de cultura e lazer roraimenses (RORAIMA: TERRITÓRIO DE CULTURAS, 2026).

Na região de Caroebe, o Sebrae-RR registrou, em 2026, a estruturação de festival de pesca com três frentes principais: torneio de pesca esportiva, experiências turísticas e culturais no território e feira de negócios voltada à economia criativa, gastronomia, artesanato e produtos locais. A proposta inclui a inserção de comunidades indígenas na cadeia econômica do turismo, com pesca guiada, experiências culturais e valorização do artesanato (SEBRAE-RR, 2026). Esse exemplo mostra a convergência entre cultura, turismo, economia criativa, meio ambiente e organização social.

Para o POCV, o *Campus* Novo Paraíso deve articular sua vocação em recursos naturais e produção alimentícia aos arranjos culturais e sociais rurais, fluviais e agrofestivos do sul. Há potencial para formação em turismo

rural e de experiência, processamento de alimentos regionais, gestão de empreendimentos comunitários, agroecologia, educação ambiental, gastronomia regional, empreendedorismo rural, produção cultural em pequenas cidades, georreferenciamento de patrimônios culturais e ambientais, associativismo e cooperativismo.

7.6 Campus Rorainópolis

O *Campus* Rorainópolis, em implantação, está situado no segundo polo urbano do sul do estado e dialoga com Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. Trata-se de território de interiorização, expansão urbana, serviços regionais, vicinais, produção rural, juventudes, eventos musicais, redes escolares, demandas de saúde e organização comunitária. A implantação do *campus* deve considerar essa função regional para evitar sobreposição com Novo Paraíso e consolidar uma vocação própria.

O calendário municipal de Rorainópolis registra o FESTMUR como o maior evento cultural da cidade, geralmente realizado em outubro, reunindo artistas locais e nacionais e oferecendo premiações para intérpretes e compositores. O calendário também inclui Rosário Folia, II Encontro Intercultural e Artístico, aniversário do município, Natal e Réveillon (RORAINÓPOLIS, 2026). Esse conjunto demonstra que o município possui uma cena cultural centrada em música, eventos públicos, juventudes, lazer, comemorações cívicas e formação de produtores culturais.

A cartilha anexa e as fontes regionais indicam que o Sul de Roraima também é marcado por vaquejadas, rodeios, festas do peão, cultura da mandioca, cultivo do dendê, pesca, festivais, religiosidade e eventos comunitários. A produção do dendê no sul roraimense é apresentada no documento anexo como arranjo socioespacial que transforma paisagem, organização do trabalho, cadeia produtiva e tensões socioambientais (RORAIMA: TERRITÓRIO DE CULTURAS, 2026). Assim, a cultura local não é apenas artística, ela envolve modos de vida, trabalho rural, migração, relações ambientais e identidade das vicinais.

Para o POCV, Rorainópolis deve ser entendido como polo de saúde regional, desenvolvimento educacional e social, controle de processos, serviços, gestão e cultura urbana-interiorana.

Quadro 8 - Síntese territorial dos arranjos culturais e sociais por campus

| Campus | Arranjos culturais predominantes | Arranjos sociais predominantes | Prioridades formativas indicadas |
|----------------------|--|--|---|
| Boa Vista | Boa Vista Junina, São João no Parque, Expoferr, Rede Cultura Viva, patrimônio, Roraimeira, arte urbana, gastronomia e cultura Warao. | Serviços públicos, universidades, saúde, assistência a migrantes, Pontos de Cultura, coletivos urbanos e redes de turismo. | Turismo, patrimônio, gestão pública, audiovisual, eventos, mediação intercultural, tecnologias e saúde. |
| Boa Vista Zona Oeste | Cultura periférica, design, comunicação, quadrilhas, capoeira, rap, slam, grafite, igrejas e economia criativa. | Associações, escolas, coletivos juvenis, redes comunitárias, igrejas, microempreendedores e serviços de inclusão. | Produção cultural e design, marketing digital, gestão comunitária, empreendedorismo, comunicação e inovação social. |
| Amajari | Jogos interculturais, darruana, pinturas corporais, cultura indígena, turismo de natureza, festas rurais e saberes ambientais. | Escolas indígenas, tuxauas, Funai, secretarias, comunidades rurais, famílias agricultoras e redes transfronteiriças. | Etnoturismo, educação intercultural, recursos naturais, agroindústria, tecnologias sociais e documentação de saberes. |
| Bonfim | Fronteira, festival folclórico escolar, painéis de barro da Raposa, cerâmica, artesanato, cultura indígena e religiosidade. | Escolas multiculturais, comércio de fronteira, comunidades indígenas, serviços públicos, igrejas e associações. | Comércio exterior, gestão pública, línguas de fronteira, turismo comunitário, TI, mediação intercultural e artesanato. |
| Novo Paraíso | Festas do sul, grupos folclóricos, pesca, vaquejada, rodeios, farinha, gastronomia, artesanato e turismo rural. | Comunidades rurais, produtores, pescadores, igrejas, escolas, associações e redes municipais de cultura. | Produção alimentícia, turismo de experiência, agroecologia, gestão de empreendimentos, gastronomia e educação ambiental. |
| Rorainópolis | FESTMUR, Rosário Folia, encontros interculturais, música, aniversário do município, cultura do dendê, vaquejada e juventudes. | Redes de serviços regionais, escolas, artistas locais, produtores culturais, comunidades rurais e vicinais. | Gestão de eventos, música, saúde regional, serviços, tecnologia aplicada, desenvolvimento social e comunicação territorial. |

Fonte: elaboração própria, com base no mapeamento documental, fontes públicas e estudo de territorialidade dos campi.

São pertinentes ofertas e projetos em gestão de eventos, música e produção cultural, atendimento e serviços, saúde comunitária, tecnologias

para serviços públicos, empreendedorismo, educação social, audiovisual, comunicação territorial, gestão de riscos socioambientais, políticas públicas para juventudes e mediação entre cidade, campo e vicinais.

8 Síntese comparativa para subsidiar o POCV

A análise comparativa permite compreender o IFRR como uma rede *multicampi* capaz de responder a diferentes arranjos culturais e sociais do Estado. A capital concentra eventos de grande público, equipamentos, políticas culturais, redes de assistência, cultura urbana, migrantes, patrimônio e serviços especializados. O interior norte e fronteiro concentra arranjos indígenas, interculturais, ambientais, rurais e transfronteiriços. O Sul reúne eventos musicais, festas religiosas, pesca, agricultura, vicinais, cultura agrofestiva, turismo de experiência e redes de serviços regionais.

Essa diversidade exige diferenciação inteligente da oferta. O *Campus Boa Vista* não deve absorver toda a agenda cultural do estado, embora seja polo de maior densidade técnico-tecnológica e institucional. O *Campus Boa Vista Zona Oeste* deve assumir com maior clareza a produção cultural, o design, a comunicação e a inclusão social das periferias. O *Campus Amajari* deve aprofundar interculturalidade, etnoturismo, saberes indígenas, recursos naturais e produção alimentícia. O *Campus Bonfim* deve consolidar fronteira, comércio, gestão pública, línguas e cultura indígena. O *Campus Novo Paraíso* deve articular cultura rural, fluvial, agroalimentar e turismo de experiência. O *Campus Rorainópolis* deve responder aos serviços regionais, música, juventudes, eventos, saúde e organização social do sul.

A análise também demonstra que os arranjos sociais são condição de sustentabilidade dos arranjos culturais. Não basta mapear festas, danças ou artesanato; é necessário identificar grupos, lideranças, escolas, coletivos, comunidades, secretarias, pontos de cultura, igrejas, conselhos e redes de apoio capazes de sustentar parcerias com o IFRR. Essa constatação reforça a importância de consultas públicas, comissões locais, visitas técnicas, inventários participativos e integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Quadro 9 - Complementaridade multicampi a partir dos arranjos culturais e sociais

| Eixo de complementaridade | Campi mais diretamente relacionados | Estratégia institucional |
|--|--|---|
| Patrimônio, turismo e grandes eventos | Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste e Bonfim | Integrar turismo, patrimônio, design, eventos, línguas, comunicação e mediação cultural. |
| Interculturalidade indígena e povos tradicionais | Amajari, Bonfim, Novo Paraíso e Boa Vista | Fortalecer currículos interculturais, etnoturismo, documentação de saberes e tecnologias sociais. |
| Economia criativa urbana e periférica | Boa Vista Zona Oeste e Boa Vista | Desenvolver laboratórios de design, audiovisual, produção cultural, mídias digitais e empreendedorismo. |
| Cultura agrofestiva, gastronomia e ruralidades | Novo Paraíso, Rorainópolis, Amajari e Bonfim | Articular produção alimentícia, agroindústria, gastronomia regional, festivais, turismo rural e cooperativismo. |
| Fronteira, migração e mediação intercultural | Bonfim, Amajari, Boa Vista e Rorainópolis | Ofertar FICs em línguas, direitos, acolhimento, gestão pública, comunicação intercultural e serviços. |
| Música, juventudes e eventos do sul | Rorainópolis e Novo Paraíso | Apoiar gestão de eventos, produção musical, audiovisual, economia criativa e redes juvenis. |

Fonte: elaboração própria.

9 Diretrizes para tomada de decisão institucional

Com base no referencial teórico, no mapeamento realizado e na análise dos *campi*, propõem-se diretrizes para que o POCV incorpore arranjos culturais e sociais de forma objetiva, verificável e institucionalmente útil.

- Nenhuma proposta de curso novo deve ser analisada sem memória técnica territorial que inclua, além de dados econômicos, evidências culturais e sociais do entorno do *campus*.
- Os arranjos culturais devem ser descritos a partir de manifestações, agentes, redes, instituições, calendário, maturidade, impacto social e possibilidades de parceria.
- Os arranjos sociais devem ser mapeados por meio de escolas, associações, coletivos, lideranças, serviços públicos, igrejas, movimentos sociais, conselhos, Pontos de Cultura e organizações comunitárias.
- Nos territórios com forte presença indígena, a consulta, a escuta qualificada e o respeito às formas próprias de organização social devem preceder a definição de ofertas.
- Os *campi* de Boa Vista devem atuar de forma complementar: o CBV como polo urbano técnico-tecnológico e de serviços especializados; o CBVZO

como polo de gestão, *design*, comunicação, economia criativa e inclusão social.

- Amajari e Bonfim devem diferenciar suas vocações: Amajari mais ambiental, aquícola, rural e de turismo de natureza; Bonfim mais fronteiriço, intercultural, comercial e de gestão.
- Novo Paraíso e Rorainópolis devem operar como polos complementares do Sul: Novo Paraíso com base agroambiental, produção alimentícia e ruralidades. Rorainópolis com serviços regionais, saúde, música, eventos, juventudes e desenvolvimento social.
- Ofertas FIC devem ser usadas como estratégia inicial para arranjos incipientes ou em desenvolvimento, especialmente em gestão cultural, audiovisual, artesanato, línguas, produção de eventos, turismo comunitário e empreendedorismo.
- Projetos de extensão e pesquisa aplicada devem documentar saberes locais, apoiar tecnologias sociais, fortalecer educação patrimonial e produzir indicadores sobre cultura, sociedade e território.
- O POCV deve estimular itinerários formativos que conectem cursos técnicos, graduações, pós-graduações, FICs e projetos de extensão em torno de problemas territoriais concretos.

10 Considerações finais

O estudo confirma que os arranjos culturais e sociais de Roraima são densos, diversos e territorialmente diferenciados. Eles abrangem desde grandes eventos urbanos, como Boa Vista Junina e São João no Parque Anauá, até práticas comunitárias indígenas, artesanato, cerâmica, farinha de mandioca, músicas regionais, cultura urbana, religião, pesca, vaquejada, fronteira, migração, turismo de experiência, Pontos de Cultura, escolas, associações e redes de acolhimento. Essa diversidade não pode ser tratada como elemento ilustrativo do planejamento educacional; ela deve ser critério técnico para definição da oferta.

A Lei n.º 11.892/2008 oferece a base normativa mais direta para essa interpretação, ao vincular a oferta dos Institutos Federais à consolidação e ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. No caso

do IFRR, essa orientação legal ganha especial relevância porque a instituição atua em um estado de fronteira internacional, forte presença indígena, intensa mobilidade migratória, dispersão territorial, centralidade urbana da capital e interiorização estratégica nos *campi* Amajari, Bonfim, Novo Paraíso e Rorainópolis.

A principal conclusão é que o POCV deve adotar uma matriz ampliada de territorialidade. Não basta cruzar eixos tecnológicos com dados de emprego ou PIB. É necessário compreender os modos de vida, as expressões culturais, os agentes comunitários, as redes sociais, as políticas culturais, os eventos, os saberes tradicionais, as juventudes, os fluxos migratórios e os patrimônios materiais e imateriais que estruturam cada território. Essa matriz torna a decisão sobre cursos mais legítima, mais aderente ao território e mais compatível com a função social dos Institutos Federais.

A leitura por campus demonstra que a especialização territorial é necessária para evitar sobreposição de vocações. Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Amajari, Bonfim, Novo Paraíso e Rorainópolis devem atuar como partes de uma rede complementar, e não como unidades concorrentes. A complementaridade permite que os arranjos culturais e sociais sejam transformados em oportunidades de formação, pesquisa, extensão, inovação social e desenvolvimento territorial.

Por fim, recomenda-se que este estudo seja utilizado como base inicial para consultas públicas, visitas territoriais, escuta de lideranças, oficinas com agentes culturais, reuniões com secretarias municipais e estaduais, diálogo com Pontos de Cultura, escolas indígenas, organizações de migrantes, associações comunitárias e demais atores locais. O POCV será tanto mais consistente quanto mais conseguir converter a riqueza cultural e social de Roraima em educação pública de qualidade, formação humana integral, inclusão, sustentabilidade, cidadania e valorização dos territórios.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- BOA VISTA. Boa Vista Junina termina com público de 370 mil pessoas e Maior Paçoca de Carne do Mundo no Livro dos Recordes. *Boa Vista*, 9 jun. 2024. Disponível em: <https://pressem.boavista.rr.gov.br/noticias/3386345396388235225>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- BOA VISTA. BV Junina 25 anos - Maior Paçoca do Mundo bate novo recorde: 1 tonelada e 547,5 Kg de pura tradição. *Boa Vista*, 8 jun. 2025. Disponível em: <https://pressem.boavista.rr.gov.br/noticias/3650163426824553693>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.
- BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.º 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b.
- BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos

- Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a.
- BRASIL. Lei n.º 13.018, de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.
- BRASIL. Lei n.º 14.399, de 8 de julho de 2022. Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CULTURA VIVA. Política Nacional de Cultura Viva. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2026. Disponível em: <https://culturaviva.cultura.gov.br/site/pncv/>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- DOWBOR, Ladislau. O que é poder local. São Paulo: Brasiliense, 2016.
- FOLHA BV. São João da Baliza se prepara para o maior arraial do sul do estado com atrações nacionais e regionais. Boa Vista, 5 ago. 2025. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/variedades/sao-joao-da-baliza-se-prepara-para-o-maior-arraial-do-sul-do-estado-com-atracoes-nacionais-e-regionais/>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.
- IBGE. Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 24 out. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- IBGE. Roraima: Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- IFRR. Estudo sobre os Arranjos Produtivos Locais no entorno dos campi do IFRR: subsídios técnico-científicos para a elaboração do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV). Boa Vista: PRODIN/IFRR, 2026a.

- IPHAN. Patrimônio Arqueológico em Roraima. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/superintendencias/roraima/patrimonio-arqueologico>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MDS. Operação Acolhida ultrapassa 156 mil pessoas interiorizadas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 20 jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/operacao-acolhida-ultrapassa-156-mil-pessoas-interiorizadas>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Roraima fortalece Rede Cultura Viva e define prioridades para a etapa nacional da Teia. Brasília, DF: MinC, 25 nov. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/aceso-a-informacao/noticias/roraima-fortalece-rede-cultura-viva-e-define-prioridades-para-a-etapa-nacional-da-teia>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva; WANKLER, Cátia Monteiro; SOUZA, Carla Monteiro de. Identidade e poesia musicada: panorama do Movimento Roraimeira a partir da cidade de Boa Vista como uma das fontes de inspiração. Revista Acta Geográfica, Boa Vista, ano III, n. 6, p. 27-37, jul./dez. 2009.
- ONU BRASIL. Espaço para venda de artesanato de indígenas venezuelanos é inaugurado em Boa Vista. Brasília, DF: Nações Unidas Brasil, 2 nov. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/98661-espao-para-venda-de-artesanato-de-indigenas-venezuelanos-inaugurado-em-boa-vista>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- RORAIMA. Jogos Interculturais movimentam escolas indígenas da região de Amajari. Boa Vista: Governo de Roraima, 8 nov. 2024. Disponível em:

<https://portal.rr.gov.br/jogos-interculturais-movimentam-escolas-indigenas-da-regiao-de-amajari/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RORAIMA. Secult finaliza preparativos para o São João no Parque Anauá. Boa Vista: Governo de Roraima, 17 jul. 2025a. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/secult-finaliza-preparativos-para-o-sao-joao-no-parque-anaua/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RORAIMA. Economia criativa movimenta São João no Parque e impulsiona lucro de pequenos empreendedores. Boa Vista: Governo de Roraima, 25 jul. 2025b. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/economia-criativa-movimenta-sao-joao-no-parque-e-impulsiona-lucro-de-pequenos-empresendedores/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RORAIMA. Expoferr Show 2025 une negócios, tradição e grandes shows a partir desta terça-feira, 4. Boa Vista: Governo de Roraima, 3 nov. 2025c. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/expoferr-show-2025-une-negocios-tradicao-e-grandes-shows-a-partir-desta-terca-feira-4/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RORAIMA. Colégio Militarizado de Bonfim celebra tradições brasileiras em região de fronteira. Boa Vista: Governo de Roraima, 26 ago. 2025d. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/colégio-militarizado-de-bonfim-celebra-tradicoes-brasileiras-em-regiao-de-fronteira/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RORAIMA. Roraima comemora Dia Mundial do Turismo com crescimento do setor. Boa Vista: Governo de Roraima, 27 set. 2025e. Disponível em: <https://portal.rr.gov.br/roraima-comemora-dia-mundial-do-turismo-com-crescimento-do-setor/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

RORAIMA: TERRITÓRIO DE CULTURAS. Arranjos e Saberes do Extremo Norte. Cartilha produzida como instrumento de valorização da memória e identidade cultural do Estado de Roraima. Boa Vista, 2026. Documento anexo fornecido para elaboração do estudo.

RORAINÓPOLIS. Calendário de eventos de Rorainópolis. Rorainópolis: Prefeitura Municipal, 2026. Disponível em: <https://rorainopolis.rr.gov.br/calendario-de-eventos-de-rorainopolis>. Acesso em: 1 jun. 2026.

- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SÃO JOÃO DA BALIZA. São João da Baliza realiza a 5ª edição do Baliza Fest Gospel. São João da Baliza: Prefeitura Municipal, 2025. Disponível em: <https://saojoaodabaliza.rr.gov.br/%F0%9F%8E%B6-sao-joao-da-baliza-realiza-a-5a-edicao-do-baliza-fest-gospel/>. Acesso em: 1 jun. 2026.
- SEBRAE-RR. Parceria entre Prefeitura, Estado e Sebrae estrutura Festival de Pesca em Caroebe com foco em turismo e renda. Boa Vista: Agência Sebrae de Notícias Roraima, 15 abr. 2026. Disponível em: <https://rr.agenciasebrae.com.br/cultura-empreededora/parceria-entre-prefeitura-estado-e-sebrae-estrutura-festival-de-pesca-em-caroebe-com-foco-em-turismo-e-renda/>. Acesso em: 1 jun. 2026.